

**Nelson Rodrigo Pedon**

**Orientador: Dr. Bernardo Mançano Fernandes**

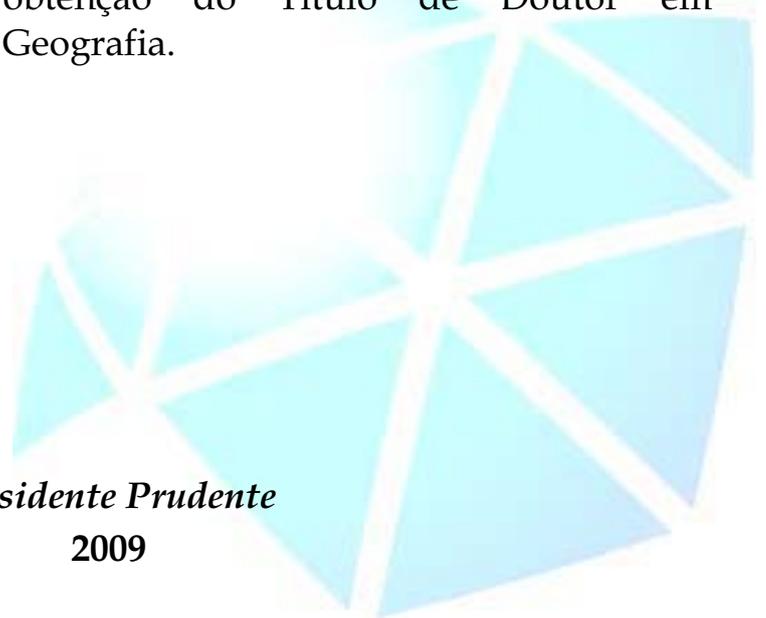
**Co-Orientador: Dr. Cliff Andrew Welch**

**MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO BRASIL:  
Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**

Tese de Doutorado elaborada junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia - Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental, para obtenção do Título de Doutor em Geografia.

*Presidente Prudente*

2009



de maneira a dar conteúdo e forma às relações sociais ao mesmo tempo em que estas dão conteúdo de forma ao espaço.

O conteúdo classista do espaço chamou a atenção dos geógrafos e deu novo direcionamento às análises que começaram a surgir. Mesmo assim, os movimentos sociais tiveram que esperar um pouco mais para fazer parte das preocupações dos estudiosos do espaço. Ainda na primeira metade da década de 1980 alguns estudos abordaram o tema, sobretudo na forma dos movimentos operários. Ocorre que, mesmo esses movimentos começaram a ter sua importância reduzida com o crescimento das teorias anticlassistas e, posteriormente, com as teorias que pregam o fim da importância do trabalho nas análises da sociedade.

#### 1.4 Movimentos sociais: uma contextualização teórica

Assim como na geografia, o interesse pelos movimentos sociais também esteve atrelado às transformações que ocorreram no interior da sociologia. As pesquisas realizadas e publicadas pelos sociólogos serviram de fundamentação teórica para os estudos geográficos. Num exame rápido sobre a literatura sociológica a respeito dos movimentos sociais, Gohn (1985) constata que nas décadas de 1960 e meados da de 1970, predominaram aquelas análises que tiveram como destaque a atuação dos sindicatos<sup>19</sup>. Outros temas importantes que deram sustentação à produção sociológica foram: o populismo<sup>20</sup>, a inserção da América Latina e do Brasil no processo histórico de desenvolvimento do capitalismo<sup>21</sup>, a transição entre o arcaico e o moderno<sup>22</sup>, a formação da sociedade

---

<sup>19</sup> Dois importantes exemplos são: RODRIGUES, Leôncio M. "Conflito industrial e sindicalismo no Brasil". Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1966 e PEREIRA, Luiz. "Trabalho e desenvolvimento no Brasil". Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1965. Essas referências são citadas por Gohn (1985), e não fazem parte da bibliografia desta tese.

<sup>20</sup> WEFFORT, Francisco C. "O populismo na política brasileira". São Paulo: Paz e Terra, 1979.

<sup>21</sup> Cardoso, F. H. e Enzo Faletto. "Dependência e Desenvolvimento na América Latina". Rio de Janeiro: Zahar, 1970 e KOWARICK, Lúcio. "Capitalismo e Marginalidade na América Latina". Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975. Essas referências são citadas por Gohn (1985), e não fazem parte da bibliografia desta tese.

<sup>22</sup> No âmbito da contradição entre as inovações introduzidas pelo capitalismo e a permanência de aspectos tradicionais na sociedade brasileira destaca-se José de Souza Martins, seu livro, "Capitalismo e tradicionalismo". São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975, pode ser considerado um bom exemplo.

de classes no Brasil, entre outros. Algumas dessas análises lançaram um olhar bastante crítico sobre o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Gohn (1985) aponta alguns trabalhos que na década de 1970 tomaram a participação popular como objeto direto de investigação<sup>23</sup>. No campo teórico, tais estudos eram críticos da teoria da marginalidade, e, ao mesmo tempo, concebiam a exclusão social como fenômeno engendrado pelas estratégias de acumulação capitalista. A partir de 1979, a gama de publicações acerca dos movimentos sociais torna-se bastante expressiva. Elaboradas no campo acadêmico por grupos de estudos universitários, por entidades que prestavam assessoria aos movimentos e pelos próprios movimentos, esse *boom* se deve à ampla divulgação de diversas ações de movimentos em reivindicações pontuais ou em experiências junto a processos de administração pública associados a partidos políticos (GOHN, 1985: 34). Com esse aumento significativo de estudos, amplia-se também a necessidade de se refletir de forma mais detalhada a seu respeito, pois, junto ao crescimento do volume desses trabalhos, cresceu também o volume das imprecisões conceituais acerca do fenômeno.

Mais especificamente sobre os movimentos sociais urbanos, Gohn (1985) afirma que a imprecisão se deve à utilização da categoria espaço como justificadora do urbano já que não havia uma diferenciação entre movimentos associados à reprodução da força de trabalho e as lutas mais gerais que não emanam de uma problemática especificamente urbana (p. 46).

Concordamos com esta crítica, já que a adjetivação deve vir acompanhada de uma reflexão a cerca da natureza do movimento em questão, mas, essa reflexão não deve prescindir da categoria espaço, mas sim requalificá-lo. O fato de um movimento social ocorrer na cidade não é o suficiente para denominá-lo como

---

<sup>23</sup> Gohn (1985) destaca os trabalhos de José Álvaro Moisés como representativo da mudança de enfoque, para este autor as classes populares urbanas possuem uma percepção da própria situação e de seus interesses, o Estado e as classes dominantes exerceriam forte influência sobre as classes populares, mas não são os únicos fatores determinantes de sua trajetória. A incapacidade do Estado em atender suas demandas gera nessas camadas populares a necessidade da reivindicação organizada. Gohn (1985) critica esta posição indagando: *uma boa gestão estatal voltada para os "interesses populares" impediria a emergência dos movimentos populares?* A própria autora responde: *certamente que não* (p. 33). Sua crítica aponta que a análise do autor não atinge as questões estruturais da sociedade, porque, se assim fosse, o único problema levantado pelos movimentos seria o da legitimidade da instância política estatal como provedor do interesse geral. Para Gohn, as lutas urbanas apontadas por José A. Moisés situam-se no nível *da luta de classes e do questionamento das relações vigentes* (p. 34).

urbano, pois então como seriam classificadas aquelas manifestações em bancos e sedes de departamentos governamentais localizados em áreas centrais realizadas por movimentos camponeses? Autores clássicos que tratam dos movimentos sociais urbanos, a exemplo de Manuel Castells e Jean Lojkine, consideram que, além de estarem articulados a uma situação conjuntural bem delimitada, esses movimentos tendem objetivamente à transformação do sistema urbano ou para uma mudança substancial da relação de força na luta de classes e do poder do Estado.

Para Castells (2000), as contradições urbanas são de relevância secundária porque não questionam de forma direta as leis fundamentais do modo de produção e sua busca pelo poder no interior do Estado passa por inúmeras mediações. Dependendo dos aspectos conjunturais, essas manifestações podem se tornar a principal forma pela qual as classes subalternas contestam a realidade imposta pelas classes dominantes e pelo Estado. Estes aspectos estão relacionados às alianças e/ou o processo de autodefinição ideológica da classe explorada. É na articulação com as questões estruturais que os problemas relacionados à estrutura urbana e outras contradições (econômica, política e ideológica) assumem relevância social. Assim como na sociologia, Manuel Castells foi amplamente utilizado como referência nos estudos geográficos, mesmo enfocando os problemas essencialmente urbanos, definidos a partir da relação das classes populares com o caráter interventor/provedor do Estado. O autor sobreleva as contradições estruturais do modo de produção capitalista dando-nos dando a impressão de que a adjetivação “urbano” somente serve como um ponto de partida para o tratamento da natureza real dos movimentos sociais em questão.

A partir do que foi exposto, Gohn (1985) coloca outra questão: se os movimentos sociais têm sempre um caráter de classe, podemos concluir, então, que eles podem surgir tanto a partir dos dominados como dos dominantes? Estes últimos, ao passarem por uma crise de hegemonia podem buscar se rearticular por meio da mobilização de suas forças. Com essa indagação a autora aponta um problema que não é lembrado por nenhum estudo geográfico analisado até o momento, na sua totalidade eles atestam, somente, a existência de movimentos sociais surgidos da classe subalterna. Essa questão é importante porque nos coloca frente às divergências quanto à natureza das manifestações que, podendo ter

emergido do interior das classes dominadas, poderiam defender interesses reformistas.

Um movimento social só existe numa perspectiva de classe, quer dizer, se estiver inserido numa totalidade na qual a classe é uma categoria que engloba o conjunto de suas práticas concretas. Em determinados momentos, dependendo das condições conjunturais, o antagonismo entre as classes pode gerar manifestações sistemáticas que vão além das meras ações coletivas transcorridas no cotidiano. Nessa situação, reúnem-se as condições necessárias à formação dos movimentos sociais que podem vir a existir ou não. Sua real existência vai depender da capacidade dos envolvidos em se contrapor aos interesses que os mantêm numa situação de subordinação ou aos mecanismos que os mantêm fora dos processos decisórios. Essa contraposição se dá por meio da autodefinição dos movimentos, de sua singularização diante de um quadro de desigualdade fundamentado no antagonismo.

Identificar o problema frente ao qual o movimento se opõe, ou seja, o problema antagônico, é essencial à delimitação de seu campo de abrangência assim como da qualificação da base social. Diferentemente das simples manifestações coletivas, os movimentos sociais possuem uma trajetória que se inicia na identificação de um problema e de sua origem como resultado das contradições sociais. Sendo assim, os movimentos sociais podem ser considerados como reveladores dos problemas ocultos pelas relações imediatas e aparentes. É aí que reside a profundidade e extensão<sup>24</sup> que as simples manifestações coletivas não alcançam. Gohn (1985) aponta os principais tipos de movimentos sociais existentes baseados na classe de origem e no caráter das lutas (se transformadoras, reacionárias ou reformistas). Cabe lembrar que, ao longo de sua trajetória acadêmica, a autora se voltou às manifestações sociais ligadas ao espaço urbano, ou seja, aos denominados movimentos sociais urbanos, daí a ausência de reflexões mais acuradas e referências a respeito dos movimentos camponeses. Desta maneira, os movimentos sociais podem ser classificados da seguinte forma:

---

<sup>24</sup> A extensão está associada ao tempo de duração de um movimento, movimentos que se apóiam em uma base territorial têm grande chance de se manterem por muito tempo, já aqueles movimentos que surgem em situações de demandas específicas podem ver sua organização se diluir depois da conquista.

Quadro 01 – Síntese dos principais movimentos sociais

<b>Movimentos sociais de categorias específicas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Movimento feminista;</li> <li>- Movimento negro;</li> <li>- Movimento de homossexuais;</li> <li>- Movimento em defesa do índio;</li> <li>- Movimento de estudantes e professores.</li> </ul>	<b>Movimentos sociais ligados à produção</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Movimento operário;</li> <li>- Movimento dos Produtores;</li> <li>- Movimento sindical               <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Operário</li> <li>b) Patronal</li> </ul> </li> </ul>
<b>Movimentos sociais a partir de lutas gerais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Movimento ecológico;</li> <li>- Lutas pela democracia (pela Anistia e pelas Diretas);</li> <li>- Lutas contra inflação e políticas econômicas do Governo;</li> <li>- Lutas de defesa dos consumidores;</li> <li>- Movimento dos desempregados.</li> </ul>	<b>Movimentos sociais político-partidários</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Partidos institucionalizados;</li> <li>- Grupos e facções políticas não institucionalizados.</li> </ul>
		<b>Movimentos sociais do campo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proprietários;</li> <li>- Trabalhadores rurais.</li> </ul>
<b>Movimentos sociais urbanos</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Populares:           <ul style="list-style-type: none"> <li>- Movimentos reivindicatórios de bens e serviços;</li> <li>- Movimentos sociais populares urbanos de caráter marcadamente políticos</li> </ul> </li> <li>2. Burgueses           <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ações reivindicativas de bens e equipamentos urbanos;</li> <li>- Defensores de privilégios e anti-igualitários.</li> </ul> </li> </ol>	<b>Movimentos sociais religiosos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Movimentos de igrejas católica, protestantes e outras;</li> <li>- Movimentos messiânicos;</li> <li>- Movimentos religiosos ligados a tradições culturais e folclóricas.</li> </ul>

**Fonte:** Quadro elaborado a partir da exposição apresentada em GOHN (1985: 50).

A explanação da autora reúne diversos tipos de manifestações sociais: alguns desses, como por exemplo, os político-partidários, deixa-nos dúvidas acerca da real natureza desses movimentos, pois, se considerarmos que uma das características dos movimentos sociais é justamente sua autonomia frente aos partidos políticos, considerá-los como movimentos sociais seria um paradoxo. Destacamos que a identificação ideológica e a atuação mediadora de militantes partidários no interior dos movimentos não os igualam aos partidos no que se refere à forma e ao conteúdo. Jean Lojkin argumenta que o político, se entendido somente dentro dos quadros institucionais, manteria a ordem estabelecida infinitamente, sendo, por isso mesmo, a *antítese dos movimentos social* (1997: 313). Para este autor, os movimentos sociais se definem pela capacidade de um conjunto

de agentes das classes dominadas em se diferenciar dos papéis e funções impostos pela classe dominante e/ou frações dessa classe.

Dois processos são apontados na definição dos movimentos sociais, o primeiro diz respeito à ordenação em movimentos de classe, fração de classes e grupos sociais, que é quando se define a intensidade<sup>25</sup> e o campo social do movimento social por meio da combinação que ocorre na base social e a organização do movimento social; o segundo processo é a passagem da ordenação em movimento para o jugo político. Dessa forma, o autor busca atribuir a esses dois processos conjugados os definidores das peculiaridades dos movimentos sociais.

Acerca da existência histórica dos movimentos sociais no Brasil, Gohn (2003) elabora um resgate bastante amplo de diversas mobilizações sociais que ocorreram na história do Brasil desde o período colonial. Realizadas em contextos histórico-geográficos distintos, envolveram diferentes classes e categorias sociais em lutas cujas demandas estavam associadas a estes contextos, e vão desde a busca por direitos ou bens e equipamentos considerados indispensáveis ao desenvolvimento da vida às ações contra as injustiças e discriminações sociais. O estudo busca revalorizar um conjunto de mobilizações comumente registradas nos estudos e documentos históricos como acontecimentos marginais e/ou disfunções que ameaçam a ordem social hegemônica em cada período. A autora utiliza o geógrafo Manuel Correia de Andrade como referência bibliográfica ao tratar do papel que os estudos tradicionais relegaram a esse vasto conjunto de experiências sociais da história brasileira, citando a seguinte passagem do livro "O Povo no Poder", de 1991:

Movimentos populares liderados por homens do povo, como a reação indígena, os quilombos, as revoltas do período regencial e imperial - Cabanada da Amazônia, Balaiada do Maranhão e Piauí, Guerra dos Cabanos de Pernambuco e Alagoas, revolta dos negros Malés da Bahia, Quebra-Quilos da Paraíba e Pernambuco etc. -, foram praticamente expulsos ou escondidos da nossa história [...]. Só recentemente é que se vêm realizando estudos a respeito desses movimentos e se dando cidadania a líderes populares antes classificados como bárbaros como chefes de bandidos (ANDRADE, 1991:8-9 apud GOHN, 2003:19).

---

<sup>25</sup> Sobre este aspecto preferimos o uso do termo profundidade, relativo à forma de inserção do movimento no interior da estrutura de classes. Esta profundidade é constatada na agenda política dos movimentos assim como suas propostas.

O caráter de “novidade” do tema e da forma de seu tratamento ajuda a explicar porque sua complexidade. Parte dos estudos que realizam esta revalorização das “lutas sociais primitivas”, a exemplo do trabalho de Gohn (2003) ora citado, é tributário de uma linha de pesquisa que tem como precursor o historiador Eric Hobsbawm, especialmente em seu livro “Rebeldes Primitivos: estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX” publicado originalmente em 1959. Neste livro o autor deixa claro que busca tratar de formas de “agitações sociais”, noção que abarca uma vasta gama de manifestações que, em conjunto, possui algo de comum: todas<sup>26</sup> representam formas de defesa do homem contra as arbitrariedades do mundo que o rodeiam e são capazes de gerar mudanças, às vezes complexas, às vezes nem tanto (HOBBSAWM, 1983: 13; 26).

Hobsbawm (1983) trata dessas agitações sociais com um viés evolucionista de cunho marxista. Para ele, essas mobilizações primitivas carecem de uma ação racional que poderia conferir a essas ações uma relevância social mais ampla e profunda. Esta racionalidade é desenvolvida no transcurso da história e no acúmulo de experiências das classes oprimidas. O banditismo, por exemplo, aparece como uma forma de rebeldia de caráter estritamente individual e socialmente imparcial. O movimento camponês seria uma forma do banditismo se transformando num movimento autenticamente político, uma vez que nesta etapa o nível de consciência acerca da sua situação social já seria superior.

Hobsbawm (1983:144-64) aponta o trajeto seguido pelo movimento milenarista das ligas camponesas da Sicília (1891-94) como um movimento que ganha aspecto revolucionário na medida em que deixa a condição de “primitivo” e se torna “moderno” por meio da incorporação do ideário socialista. Os camponeses se orientaram pela crença messiânica da iminência do surgimento de um novo reinado de justiça, uma nova sociedade mais igualitária. Diferente de uma visão que predominou no meio marxista de subvalorização da classe camponesa como agente revolucionário, o historiador valoriza não só o camponês, como agente de transformações, como também aponta o milenarismo como possuidor de um caráter revolucionário que ainda não foi esgotado. Para o autor:

---

<sup>26</sup> Hobsbawm realiza sua explanação com base nas seguintes manifestações: o banditismo social, as máfias, os “movimentos milenaristas”, as seitas secretas formadas por trabalhadores, as turbas urbanas e mobilizações rurais.

Sin embargo, cuando pueda incirse a in movimiento moderno, el milenarismo puede no sólo convertirse em algo politicamente eficaz, sino que puede hacerlo sin perder ese celo, esa confianza consumidora en un mundo nuevo, y esa generosidad del sentimiento que le caracteriza aun en sus formas más primitivas e incongruas (HOBBSAWM, 1983:164).

Mesmo com todos esses apontamentos “otimistas” acerca dos movimentos primitivos, o autor, à maneira marxista, vê nestas agitações as condições necessárias, mas insuficientes, para levar a cabo o processo de transformação social. Mesmo que de forma rápida, se interpretarmos duas manifestações que ocorreram na história do Brasil de acordo com os pressupostos de Hobsbawm, Canudos e Contestado, podemos concluir que estes movimentos ruíram por se manterem isolados, constituíram-se somente como seitas religiosas baseadas em revoltas esporádicas; não desenvolveram aqueles fundamentos basilares de um movimento social, a organização, as estratégias, e um programa de ação. O caráter revolucionário dos movimentos milenaristas reside no fato de remeterem à ideia da transformação completa e radical do mundo. Assim, o ideal milenarista pode ser encontrado em outros movimentos. O movimento camponês é um movimento de resistência ao capitalismo, cuja fragilidade organizacional lhe confere um caráter de espontaneidade e de improviso. Se por um lado o autor aponta as fragilidades do movimento camponês por não conseguir atingir os meios urbanos, ele não o vê como um movimento reacionário, mas somente aponta que seu caráter revolucionário não alcançou a organização necessária.

Com a intensificação da industrialização e da urbanização, impulsionadas pelo desenvolvimento do capitalismo, as mobilizações sociais, sobretudo as promovidas pelos operários, caminharam rumo a uma maior racionalização e politização, tomando um viés mais revolucionário. Uma das noções desenvolvidas por Hobsbawm (1983) e que, a nosso ver, é resultado de um alinhamento mais estrito ao marxismo, é a caracterização desses movimentos como sendo pré-políticos, já que seus membros não possuíam uma visão sistemática e coerente da sua situação, um programa ou uma organização. Mesmo assim, essas manifestações não podem ser consideradas eventos sem relevância, *evasivos*, para utilizar um de seus termos. Ainda que os grupos que dão conteúdo social a essas manifestações sejam formados por indivíduos *simples* e *comuns*, cuja experiência

vivida esteja limitada pelas relações que estabelecem nas comunidades locais, não podem ser caracterizadas como marginais. Acreditamos que o termo marginal expressa uma ausência de relação com a lógica estruturante da sociedade capitalista.

Não podemos deixar de apontar que a utilização do termo pré-capitalista implica em considerar essas ações como neutras, desvinculadas da disputa de poder intrínseca a sociedade. Da mesma forma, o uso do termo pode nos levar a uma visão desabonada das mobilizações já que seus membros ignoram sua concreta situação no conjunto da sociedade. Nesse sentido, as mobilizações do século XX seriam qualificadas como sendo políticas e detentoras de uma prática autenticamente revolucionária.

Um outro tipo de protesto social destacado por Hobsbawm (1983) como pré-político, além dos já citados, é a turba urbana (p. 165). Essa forma de insurreição urbana é compreendida como uma manifestação específica da metrópole pré-industrial clássica, mas que se manifesta também nas cidades do capitalismo moderno. Na verdade, o autor as situa como um momento de transição, *movimientos que se encuentran a caballo entre lo viejo y lo nuevo* (p. 166). Essas mobilizações eram pré-políticas não porque ocorriam num momento anterior ao desenvolvimento das cidades capitalistas, mas porque não tinham a revolução no horizonte. Seus objetivos eram limitados e de curto alcance e suas ações não iam além dos protestos na forma de revoltas periódicas. Mesmo possuindo uma visão mais ampla da dinâmica da sociedade, são, portanto, menos provinciana do que os camponeses, pois as turbas não buscavam atingir transformações mais profundas na estrutura de poder das cidades, sendo simplesmente pré-políticos. Segundo o autor:

La turba puede definirse como el movimiento de todas las clases urbanas pobres encaminado al logro de cambios políticos o económicos mediante la acción directa - es decir, por el motín o la rebelión -, pero un movimiento que todavía no estaba inspirado por ninguna ideología específica; o, si es que encontraba la expresión de sus aspiraciones en algún modo, lo hacía en términos tradicionales y conservadores.... Era un movimiento pré-político y, como tal, fenómeno primitivo en nuestro sentido... La turba como fenómeno social há tendido a desaparecer, para dejar lugar en general a la clase trabajadora industrial (HOBBSAWM, 1983: 167-8).

Nesta passagem fica clara a visão de que a turba urbana caracteriza-se por ser um movimento tradicionalista e conservador, destituído de ideologia e de um projeto de transformação política da sociedade. O político para o autor se define a partir do projeto revolucionário: um “movimento social moderno” se constituiria, então, a partir de seus projetos e não de sua base ou organização, mesmo que o autor valorize o aspecto “organização”, o caráter revolucionário possui maior importância na definição dos movimentos sociais. De forma indireta, pode-se concluir que esta falta de um projeto revolucionário se dá pela falta de uma consciência de classe que está mais associada à sociedade industrial.

A ideia básica tanto no estudo de Gohn (2003) quanto no de Hobsbawm (1983), é o de apontar uma continuidade histórica no processo de construção dos direitos políticos e civis dos indivíduos. Em cada período, o campo dos direitos vai tomar significados diversos. Mesmo assim, pelo menos no que se refere aos direitos das classes populares, não podemos confundir a luta das elites com a luta das classes subalternas, mesmo que em muitos momentos estes tenham se posicionado a favor dos interesses elitistas esse fato não mudou sua posição no sistema socioeconômico e não alterou sua realidade sócioespacial, sendo, portanto, reacionários.

O trabalho de Gohn (2003) apresenta uma lista com um grande número de eventos. A ênfase é dada aos aspectos informativos deixando os aspectos analítico-argumentativos restritos às sínteses dos períodos históricos examinados de forma sumária e apresentados no início de cada período, como consequência, o trabalho assume uma concepção bastante ampla dos movimentos e lutas sociais.

Essa amplitude acaba por tornar o quadro esboçado pela autora amplo demais em determinados momentos<sup>27</sup>. Gohn (2003) deixa claro o caráter elementar de sua análise. Contudo, alguns eventos como, por exemplo, a Promulgação de sucessivas Constituições, a instauração das Emendas Constitucionais que culminou no Golpe de 1964, a fundação de entidades filantrópicas, o ressurgimento dos partidos políticos no pós-ditadura, as guerras como a do Paraguai, mesmo que representem um momento posterior às agitações sociais demandadas por anseios

---

<sup>27</sup> Nas páginas 97 e 98 estão listados os conflitos de Formoso e Trombas (Goiás) de forma repetida, sendo que, na página 98 as manifestações são erroneamente citadas como ocorridas no estado do Paraná.

de grupos populares ou pelas elites, passam longe do que hoje podemos denominar de movimentos sociais. Mesmo a concepção de lutas sociais é difícil de ser empregada a algumas dessas manifestações sem antes identificarmos quais classes ou grupos estão representados. É o caso das guerras que têm um caráter muito mais geopolítico do que social, ou seja, envolvem interesses diretamente voltados à ideia de nação e não de classes ou agrupamentos sociais, mesmo considerando que estas últimas dão conteúdo à nação.

Uma importante contribuição da autora diz respeito a valorização dos contextos aos quais se inserem as manifestações. Estas são compreendidas como expressão momentânea de um processo social, ou seja, como evento. Tomar essas manifestações como evento significa situá-las no espaço e no tempo, em “A natureza do espaço”, Milton Santos define o evento como o concreto, o tempo empiricizado, é um acontecer histórico.

Um evento é o resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente. Mas o evento só é identificável quando ele é percebido, isto é, quando se perfaz e se completa. E o evento somente se completa quando integrado no meio. Somente aí há o evento, não antes [...]. Se aquele feixe de vetores pudesse ser parado no caminho, antes de se instalar, não haveria evento. A ação não se dá sem que haja um objeto; e, quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto. Por isso os eventos estão no próprio coração da interpretação geográfica dos fenômenos sociais (SANTOS, 1996: 61).

No que se refere às lutas, Gohn (2003) assevera que *não existem movimentos puros, isolados, descontextualizados de qualquer grupo partido ou instituição* (p.23). Essa relativização é importante porque faz com que as lutas sociais sejam entendidas dentro do contexto nos quais são gerados. De maneira geral, seu estudo aponta as categorias de problemas levantadas pelas agitações nos diferentes períodos. No século XVIII as agitações tinham um caráter libertário, cabe lembrar que a condição de colônia impunha ao Brasil uma série de obstáculos ao seu desenvolvimento econômico. Inspirados nos modelos das Revoluções Francesa e Norte-Americana seus líderes eram “liberais radicais” e marcaram o período a Inconfidência Mineira, em 1789, a Conjuração do Rio de Janeiro, 1794-95; em 1797 conquistaram expressão as Revoltas Populares de Mulatos e Negros e, em 1798, a conspiração dos Alfaiates, ambos na Bahia.

A respeito da primeira metade do século XIX (1800-1850), a autora lista 41 manifestações, das quais destacamos as rebeliões nativistas e a intensa atuação das classes populares à frente de alguns movimentos como, por exemplo, na Cabanagem, no Pará, em 1835, e na Revolução Praieira, em Pernambuco, em 1847. Sobre o fim desses movimentos a autora afirma que a falta de unidade das ações durante o período de 1800-1850 propiciou às elites dominantes o desmonte das lutas (p.25).

Na segunda metade do século XIX as ações sociais tinham como alvo as questões da escravidão; as cobranças do fisco; as demandas dos pequenos camponeses; as Legislações e Atos do Poder Público; a mudança do regime político (pela república ou pela restauração da Monarquia) e os conflitos entre interesses de diferentes categorias socioeconômicas (comerciantes brasileiros x comerciantes portugueses). Outros elementos importantes lembradas pela autora foram as lutas dos escravos, a questão militar e o surgimento das Sociedades e Associações Mutualistas nas cidades de Santos e São Paulo. São listados 70 eventos, com destaque para a conhecida Revolta de Canudos (1874-97).

No século XX, o crescente processo de urbanização passa a dar a cidade uma tonalidade própria, intensificada a partir das novas funções que passou a oferecer. A indústria e as classes sociais vinculadas a ela orientaram as ações e os conflitos que ocorreram no meio urbano, desta forma, possibilitando o surgimento de novas categorias de lutas. São elas (p. 60):

- Lutas sociais da classe operária por salários e melhores condições de vida;
- Lutas por meios de consumo coletivo;
- Lutas por moradia;
- Lutas por leis;
- Lutas sociais no campo;
- Lutas pela educação;
- Lutas baseadas em ideologias (socialismo, anarquismo etc);
- Lutas e movimentos nacionalistas;
- Lutas por mudanças nos regimes políticos;
- Lutas e movimentos por questões ambientais;
- Lutas e movimentos de raça, etnias e cor;
- Luas e movimentos de gênero;
- Lutas e movimentos de categorias de idade;
- Lutas pela preservação do patrimônio histórico;

- Lutas e movimentos regionais;
- Lutas cívicas e solidárias.

Gohn (2003) agrupa as lutas e movimentos do século XX em seis etapas, são elas:

1ª fase intitulada “As lutas Sociais da Primeira República - 1900-30”, na qual são listadas 138 manifestações. A questão do trabalhador imigrante ganha expressão enquanto problema social; as organizações anarco-sindicalistas fundaram inúmeras Federações e Confederações e realizaram diversos Congressos resultando numa proliferação das greves; o Estado passa a tratar a questão social como uma questão de polícia. No que se refere mais especificamente às demandas urbanas, as Associações Mutuais continuaram a desempenhar um papel importante e serão as precursoras das Sociedades Amigos de Bairro nas décadas de 1930 e 1940.

A 2ª fase, intitulada “As lutas sociais após a Revolução de 1930 até a Queda do Estado Novo - 1930-45”, na qual são listadas 53 manifestações. Dessas, destacamos o crescimento do Movimento de Associações de Bairro que surgem com um desdobramento das Ligas de Bairros que começaram a tomar corpo e a se proliferar na década de 1940. Na década de 1930 foi fundada a Sociedade Amigos da Cidade inspirada no modelo similar argentino.

A 3ª fase, intitulada “A lutas e os movimentos no período populista - 1945-64”, na qual são listadas 38 manifestações. Este período é marcado pela agitação pós-redemocratização, caracterizado, entre outras coisas, pela ampliação dos espaços de participação popular e pelo desenvolvimentismo, baseado na intensa participação do Estado na economia; é o período das grandes construções, rodovias, siderurgias, hidrelétricas, etc. e políticas sociais de cunho clientelístico. Um dos *períodos mais movimentados do ponto de vista das mobilizações e propostas sociais* (p. 92).

Essa fase se destaca pela explosão de diversas manifestações: no campo há diversas revoltas, como a de Porecatu no Paraná em 1950; os conflitos de Formoso e Trombas em Goiás, que contou com a ajuda do Partido Comunista e durou de 1955 a 1964; o Movimento de Arrendatários Rurais de Santa Fé do Sul no interior de São Paulo em 1955 e que assumiu caráter messiânico. No que se refere

às ações politicamente mais amplas, houve a intensificação das ações das Ligas Camponesas no nordeste (1961), a criação do MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul em 1960, e da Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura em 1963, representante do sindicalismo rural no Brasil.

De 1954 a 1964, as cidades vivenciaram o crescimento do número das Associações de Moradores, impulsionado por um conjunto de fatores que vão desde a necessidade de infra-estrutura urbana para os bairros que não paravam de surgir devido o crescimento horizontal das cidades, incitados pela migração, até a política populista que se baseava na barganha do voto e na vontade das massas em participar da vida política local. Nesse mesmo contexto, por volta de 1960, desenvolveu-se também o Movimento pela Casa Própria.

Na 4ª fase, intitulada “Resistência durante o Regime Militar – 1964-74”, são registradas 12 manifestações. Não obstante a intensa repressão e controle social e político imposto pelos militares, as lutas sociais não deixaram de existir. Este período marca uma intensa articulação de forças políticas no Brasil operando em diversas frentes, da clandestinidade às lutas armadas. Com atuação nas cidades destacamos o Movimento Estudantil, de 1964-68, e, com atuação no campo, a Guerrilha do Araguaia em 1967. Gohn (2003) aponta a Promulgação do AI 5 e da emenda Constitucional que recrudesceram ainda mais a repressão em 1969. Contudo, esses eventos não podem ser considerados como manifestações relevantes para a construção da cidadania dos brasileiros. Pelo contrário, significaram um retrocesso ao processo de participação das camadas populares por todo o país.

A partir de 1968, cresceram em número e em importância a participação da Igreja Católica junto às camadas populares por meio das CEBs - Comunidades Eclesiais de Base. Um importante elemento que contribuiu para a formação das CEBs é a sua dimensão territorial, quer dizer, as relações comunitárias que fundamentavam a ação dos clérigos junto à população eram delimitadas por um recorte espacial bem definido, daí o uso do termo “base” que faz referência à aglutinação de pessoas num espaço demarcado, podendo ser um bairro ou uma vila rural.

Na 5ª fase, intitulada “As lutas pela redemocratização 1975-82”, são listadas 22 manifestações. Esta é a fase da resistência e do enfrentamento ao regime militar já bastante abalado pela crise econômica (crise do petróleo e diminuição do poder de consumo da classe média). As lutas desse período serviram de base empírica para inúmeros estudos<sup>28</sup> realizados a partir daquele momento. Algumas manifestações tiveram grande repercussão nacional por estarem voltados aos problemas políticos do momento, como por exemplo, aqueles ligados ao movimento de redemocratização, pela anistia e pelo pluripartidarismo; outras por representarem as novas questões surgidas pós-agitações de 1968, a exemplo do Movimento feminista.

Em 1976 tem-se a retomada do Movimento Sindical, com a intensificação das greves a partir de 1978. No campo dos movimentos urbanos multiplicaram-se os movimentos por creches e transporte coletivo, já no campo, em 1979, tem-se a criação do Movimento dos Sem Terras. Influenciado pela agitação do momento e pelas possibilidades que se abriam à participação política dos diferentes setores e camadas sociais, tem início a formação das articulações de movimentos como a ANAMPOS - Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais -, em 1980, posteriormente, a CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores, vinculada ao PMDB, e a CUT - Central Única dos Trabalhadores - vinculado ao PT, a CONAM - Confederação Nacional de Associações de Moradores também é criada nesse momento.

Na 6ª fase, intitulada “Época da Negociação: a Era dos Direitos 1981-95”, são listadas 54 manifestações. Este é o período de maior intensidade de ações de movimentos devido à conjuntura política, à ampliação dos problemas sociais e do contingente populacional do país e pelas facilidades de divulgação e reprodução das ações coletivas. De início, no final da década de 1980 há um arrefecimento das agitações sociais que vinham se desenvolvendo desde os primeiros anos da abertura política. Na década de 1990, o cenário das lutas sociais no Brasil passa por uma reordenação. São expressivos os movimentos que atuam mais nas questões éticas e de valores, como o Movimento Ação da Cidadania, Contra a Fome e Pela

---

<sup>28</sup> Na página 114, a autora lista um conjunto grande desses trabalhos.

Vida e as ONGs – Organizações Não Governamentais – que passaram a ter um papel de destaque junto ao poder público.

A autora afirma que a luta popular mais abrangente de toda a década de 1980 foi a luta pela moradia. Nessa fase ocorreu um conjunto de manifestações de caráter mais espontâneo como os Quebra-quebras em São Paulo e Rio de Janeiro. O movimento “Diretas Já” tem início em 1984, Gohn (2003) sobreleva que este movimento capitalizou os anseios de diversas classes sociais e construiu como nenhum outro movimento anterior soube fazer, um projeto de unidade nacional. O grande problema e que acabou levando esse movimento à derrocada foi a falta de uma base de sustentação fundada em propostas de ação.

No campo, ocorre o Encontro Nacional dos Sem Terras no Rio Grande do Sul em 1983, e, em 1985, o primeiro congresso nacional dos trabalhadores sem terras em Curitiba, que criou oficialmente o MST em âmbito nacional, com a presença de 1.500 delegados representando 20 estados. Outros movimentos e lutas listadas pela autora são: Movimento pela Constituinte, 1985-88; criação da UDR - União Democrática Ruralista, em 1987; a retomada do Movimento pela reforma Urbana em 1989 e a ECO 92, que deu novo fôlego aos movimentos ambientalistas a partir daquele momento.

Gohn (2003) conclui que no transcurso da história do Brasil, ao contrário do que tradicionalmente foi defendido por inúmeros estudos, os diversos movimentos (lutas e insurreições) contaram com a participação popular. Esse fato mostra que as classes populares nem sempre ficavam passivas aos desmandos e privilégios das elites. Para nós, somente com o desenvolvimento dos estudos na temática poderemos afirmar com certeza se os “movimentos primitivos brasileiros” denotavam ou não uma consciência de classe. Todavia, é provável que estas ações resultassem, ao menos, de uma interpretação de sua situação de exclusão e exploração e da busca pelas condições de sua superação.

O fato de que em muitos casos as camadas populares se aliavam às elites ou classes médias e/ou eram aliciadas por elas, significa que a potencialidade política dessas camadas era, ao menos, conhecidas, e porque não dizer, temidas e cobiçadas. A título de conclusão podemos afirmar que a *participação da população é um fato real*. Esta participação gerou aprendizados dos dois lados, do povo e dos

governantes que reelaboram seus discursos e políticas (GOHN, 2004:191). A cultura política gerada a partir dessas manifestações serviu à construção da cidadania do povo brasileiro. Essa construção não se deu de forma linear: os avanços, retrocessos, perdas e ganhos serviram à demarcação do campo de atuação política dos populares em cada momento.

No contexto mais recente, dos últimos trinta anos, as lutas sociais expressaram diferentes arranjos. Na década de 1980, a mudança na ordem estrutural da sociedade estava no horizonte dos movimentos sociais: o socialismo, entendido como um modelo de organização social mais justo servia de inspiração. A incapacidade do socialismo real em satisfazer as demandas populares nos países onde ele se instalara e a conseqüente queda do muro de Berlim e a desintegração da União Soviética levaram ao enfraquecimento e abandono do projeto socialista pela maioria. No plano nacional, a eleição de partidos de esquerda em diversas administrações municipais e o engajamento de muitos líderes populares nas estruturas institucionais de poder e as divergências político-partidárias e político-ideológicas fez com que os movimentos sociais arrefecessem, pelo menos um modelo de movimento social, mais precisamente aquele com conteúdo marcadamente classista.

Realizando uma problematização ampla sobre os movimentos sociais em seu aspecto conceitual e, em particular, quanto ao seu projeto de mudanças das condições sociais ao qual se insere, Gohn (1997) considera um conjunto de questões do ponto de vista teórico acerca dos movimentos sociais que necessitam ser aprofundadas, como por exemplo, o papel desempenhado por eles na atualidade e os desdobramentos do processo de institucionalização pelo qual muitos movimentos passaram. Em seu livro “*Teoria dos Movimentos Sociais*”, de 1997, a autora delinea o percurso histórico-conceitual de diferentes paradigmas que embasaram os estudos sobre os movimentos sociais. O paradigma *americano*, o *européu* e o *latino-americano* influenciaram um conjunto variado de pesquisas no campo das ciências sociais.

Não obstante a relevância que os três paradigmas tiveram nos estudos brasileiros, na geografia, o paradigma europeu logrou os maiores efeitos. A autora aponta que o paradigma latino-americano teve nos pesquisadores europeus a maior

influência. Podemos, inclusive, deduzir que o paradigma latino-americano foi um desdobramento da aplicação dos pressupostos do paradigma europeu nas análises da realidade dos países latinos. Nesse sentido, foi expressiva a influência das discussões sobre os NMS - Novos Movimentos Sociais, considerados como manifestações de conformação a uma nova sociabilidade.

#### **1.4.1 A Teoria dos Novos Movimentos Sociais**

A partir da década de 1980, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais foi extensamente utilizada como referência, inclusive na geografia. De origem européia, essa corrente teve como principal objetivo mostrar como o conceito de classe na teoria e na análise dos movimentos sociais se limitava a dar tratamento a antigas questões, já ultrapassadas pela evolução da sociedade moderna. O conceito de classe social não cumpriria mais seu papel analítico nos estudos sobre as sociedades modernas avançadas, sobretudo após a queda dos regimes comunistas e a ascensão do nacionalismo que deram um novo ímpeto aos argumentos em favor da obsolescência da perspectiva classista para as sociedades modernas. A classe estava muito mais voltada à sociedade industrial e suas ideologias e, como essas sociedades e suas ideologias não existiam mais, deveríamos nos livrar das velhas concepções e ferramentas analíticas.

Os Novos Movimentos Sociais introduziram novas questões e assinalaram novas divisões nas sociedades modernas que passaram a ser entendidas como substitutas da antiga divisão baseada nas classes, assim como na divisão entre capital e trabalho. O que está por trás desse argumento é que, com a tendência à institucionalização do conflito de classes, a noção de classe não mais se aplicaria<sup>29</sup> aos estudos sobre movimentos sociais. A nova perspectiva busca ir além das análises da inserção dos sujeitos no sistema de produção ampliando o campo

---

<sup>29</sup> Para uma melhor explanação acerca dos “Novos Movimentos Sociais” ver GOHN, Maria da G. “Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e modernos”. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002 e/ou SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo. (org). “Uma revolução no cotidiano?: Os novos movimentos sociais na América Latina”. São Paulo: Brasiliense, 1987.

dos sujeitos sociais envolvidos com o “universo dos movimentos sociais”. A esse respeito Scherer-Warren e Hahn Lüchmann (2004) apontam que:

A ideia sobre a existência de uma pluralidade de sujeitos, portadores possíveis de múltiplas identidades, levou os pesquisadores a buscarem referenciais para além daquele corte paradigmático, tais como em Thompson, Heller, Offe, Laclau, Mouffe, Evers, Touraine, Melucci, Guattari, Castoriadis e muitos outros. Iniciava-se, assim, o diálogo com as teorias dos “novos movimentos sociais”. O alargamento da base analítica recaiu num aprofundamento da dimensão sociocultural em torno dos eixos: práticas políticas tradicionais x cultura política emergente; autoritarismo x democracia de base; racionalidade x subjetividade; formação de identidades socioculturais; cidadania e direitos de terceira e quarta gerações – e temas correlatos (SCHERER-WARREN e HAHN LÜCHMANN, 2004:15).

A título de hipótese, podemos afirmar que essa corrente teve um considerável rebatimento no tratamento que os geógrafos deram aos movimentos sociais naquele período. Ao mesmo tempo em que o pensamento marxista chega a geografia chegam também as críticas desferidas a ele. A teoria dos NMS cumpriu este papel. No entanto, o conceito de classe social continuou e ainda continua a ter uma grande relevância explicativa no universo dos movimentos sociais. Até mesmo os estudos como o de Arlete M. Rodrigues (1988) que lança mão das ideias de Eder Sader, que foi um dos precursores na utilização da teoria dos NMS no Brasil, não a fez deixar de considerar que na atuação dos sem-tetos há uma forte indicação de luta de classes.

Uma importante referência para os NMS é o historiador britânico Edward Thompson. Este autor deu relevantes contribuições para a historiografia, pois em sua concepção a história se movimenta a partir das lutas históricas e da busca do homem por alternativas para a realização de suas demandas: alternativas estas de natureza econômica, social, política e cultural. O marxismo foi um importante alvo das críticas de seus trabalhos, especialmente na sua vertente determinista (economicista e estruturalista). O livro “A formação da classe operária inglesa”, de 1963, apresenta uma reconstrução (ou seria desconstrução?) da história do primeiro proletariado inglês. Sua metodologia inova ao ampliar as fontes historiográficas, não se restringindo a sindicatos e organizações socialistas, abrangendo também um vasto campo que foi desde a política popular, tradições religiosas, rituais, pregações milenaristas, ameaças, festivais, hinos, bandeiras,

entre outros. Thompson toma a classe social como um fenômeno social e não como categoria analítica ou estrutural. Segundo ele, classe implica na ação humana, como condicionante e não como um simples produto do desenvolvimento das forças produtivas. Seu objetivo foi o de reconceituar o materialismo dialético a partir de uma crítica à concepção marxista de classe que, na sua visão, acaba por limitar a análise do desenvolvimento histórico da sociedade na medida em que ela concebe a classe como um elemento pronto e acabado da estrutura capitalista.

Não há classe se não há consciência de sua existência. Thompson sobrevaloriza a experiência como formadora da consciência das classes em detrimento do posicionamento das classes no interior do processo produtivo ou até mesmo em detrimento das construções teóricas que buscam enquadrar os indivíduos em fórmulas explicativas pré-concebidas. Em nossa concepção, as ideias do historiador inglês contribuíram ainda mais para a utilização da ideia de classes sociais nos estudos sobre movimentos sociais, numa perspectiva invertida, na qual a consciência se constitui com a experiência, daí a utilização da ideia do *fazer-se*. Mas mesmo assim, a dialética entre explorados e exploradores está presente, e, é na vivência da exploração disseminada nos aspectos econômicos, políticos, ambientais e culturais do cotidiano que permite o *fazer-se* classe.

Mesmo considerando o viés mais progressista de Thompson como referência para os NMS, acreditamos que essa teoria contribuiu para sedimentar uma visão de movimentos sociais como agentes de ações individualizadas ao tirar o foco central das condições socioeconômicas predominantes, pois as práticas dos movimentos sociais se distanciaram de um projeto de sociabilidade distinto das relações sociais capitalistas, o que significa que eles não mais se voltariam para a transformação das atuais formas de dominação política e econômica. O que os propositores dos NMS esquecem de considerar é que, mesmo as dimensões mais subjetivas dos indivíduos, voltados estritamente para os processos formadores da identidade e, por conseqüência, dos agentes de mobilização social (como os movimentos sociais), estão imersos numa teia de relações sociais e configurações territoriais profundamente vinculados à lógica predominante de reprodução social: a lógica do capital. Dessa forma, aqueles movimentos que não focalizam seus objetivos para uma ruptura dessa lógica, ou pelo menos, para a superação dos

obstáculos colocados pelo capitalismo ao desenvolvimento da vida plena, correm o sério risco da institucionalização e/ou da cooptação.

Não obstante às críticas apontadas ao marxismo, principalmente ao seu caráter teleológico, e todos seus problemas de ordem teórica e de aplicação prática, essa matriz de pensamento plantou raízes no pensamento geográfico que repercutem até os dias atuais, sobretudo na sua vertente mais crítica. Em suma, pode-se concluir que na geografia brasileira o materialismo histórico marxista ajudou a fundamentar a historicidade do espaço e nos mostrou que é impossível pensar o espaço sem pensar no sujeito dessa historicidade. O espaço assim como sua carga histórica é produto do sujeito. Desse modo, os movimentos sociais podem ser considerados os sujeitos responsáveis por importante parte das mudanças vividas pela sociedade atual, sobretudo de seu espaço e sua espacialidade.

## **6. BIBLIOGRAFIA**

- ADAS, Sergio. O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964) (**Tese de Doutorado**). São Paulo: USP, 2006.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro. **Tese de Doutorado**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2003.
- ANDRADE, Manuel Correia. **Lutas Camponesas no Nordeste**. (Série Princípios) São Paulo: Ed. Ática, 1986.
- \_\_\_\_\_. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 2ªed. Brasiliense, 1964.
- ALMEIDA, Rosemeire A. O Acampamento e as práticas da distinção: para além da forma. (**Tese Doutorado**) – Pres. Prudente: Unesp, 2003.
- BERNARDES, Julia Adão. Espaço e movimentos reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu. (**Dissertação de Mestrado**). RJ: UFRJ, 1983.
- BOFF, Leonardo. **Nova Era: A Civilização Planetária**. São Paulo: Ática, 1994.
- BOURDIEU, Pierre: **O Poder Simbólico**. Ed. Difel. Lisboa/Ed. Bertrand Brasil. RJ: 1989.
- BORJA, Jordi. **Movimientos sociales urbanos**. Buenos Aires: Siap-Planteos, 1975.
- BITOUN, Jan. Movimentos sociais e a cidade: questões relevantes para a geografia urbana. **Boletim de Geografia Torético**, n. 21/22. Rio Claro: Unesp, 1992, pp. 39-46.
- CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CARLOS, Ana Fani Alessansri. Espaço urbano e movimentos sociais. **Boletim de Geografia Torético**, n. 21/22. Rio Claro: Unesp, 1992, pp. 147-153.
- \_\_\_\_\_. Movimentos sociais e cidade: uma introdução ao tema. **Boletim de Geografia Torético**, n. 21/22. Rio Claro: Unesp, 1992, pp. 22-6
- CASTRO, Josué. **Sete palmos de terra e um caixão**: ensaio sobre o nordeste área explosiva. 2ªed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1967.
- CASTELLS, Manuel. **Lutas urbanas e poder político**. Lisboa: Afrontamento, 1976.
- \_\_\_\_\_. **Cidade, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- \_\_\_\_\_. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1980.

\_\_\_\_\_. **O que é ideologia**. 34ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991 (Coleção Primeiros passos).

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição Imaginária da Sociedade**. 5ª ed., R. de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In SANTOS, Milton *et. Al.* (org.) **Território: Globalização e Fragmentação**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 251-256.

COSTA, Rogério Haesbaert. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EDUF, 1997.

\_\_\_\_\_. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* **Geografia: Conceitos e Temas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 165-205.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1968.

DAVIS, M. **Planeta favela**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2006.

FABRINI, João Edmilson. **A escala da luta e resistência camponesa**. Revista NERA, Set/Out, 2006.

[disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php>

\_\_\_\_\_. Os Assentamentos de Trabalhadores Rurais Sem Terra do Centro-Oeste/PR Enquanto Território de Resistência Camponesa (**Tese de Doutorado**). Pres. Prudente: Unesp, 2002.

FERNANDES, Bernardo M. **MST: formação e territorialização**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999

\_\_\_\_\_. Questões teórico–metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.75, p.83-129, 1999.

\_\_\_\_\_. Brasil: 500 anos da luta pela terra. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 28, n. 1, jan./dez., 1998; n. 2, 3 jan./ago., 1999.

\_\_\_\_\_. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**. São Paulo: AGB, n.15, 2000a, p. 59-85.

\_\_\_\_\_. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000b.

\_\_\_\_\_. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_ ; Martin, Jean Yves. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 12, 2004.

\_\_\_\_\_ Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio M. (Ed). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

\_\_\_\_\_ **Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio**, 2007a.

\_\_\_\_\_ (coord.) et al. **DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela Terra**, 2006. **Presidente Prudente**: FCT/NERA, 2007b.

\_\_\_\_\_ Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Org.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, pp. 273-302.

\_\_\_\_\_ Movimentos socioterritoriais no campo brasileiro: contribuição para leitura geográfica dos movimentos camponeses. In: Márcio Piñon Oliveira; Maria Célia Nunes Coelho; Aureanice de Mello Corrêa. (Org.). **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas** (II). Rio de Janeiro: Lamparina, 2008, v., p. 385-404.

\_\_\_\_\_ ; SILVA, Anderson Antonio; GIRARDI, Eduardo Paulon. DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra: uma experiência de pesquisa e extensão no estudo da territorialização da luta pela terra. **Revista Terra Livre**, ano 19, vol. 2, n. 21. São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_ ; SOUZA, Elenira de Jesus. Dataluta – banco de dados da luta pela terra: atualização do cadastro dos movimentos socioterritoriais para o ano de 2007. **(Relatório de Pesquisa Parcial - CNPQ)**. Pres. Prudente: Unesp, 2009.

GOHN, M. da G. **Redes de Associativismo em São Paulo e a Questão da Moradia**. In: Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. UFPE: junho de 2007.

\_\_\_\_\_ **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e modernos**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_ **A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo**. Petrópolis: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_ **Historia dos movimentos sociais e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto A territorialidade seringueira. **Geographia**. Ano 1, n.2 (67-88). Niterói: UFF/EGG, 1999.

\_\_\_\_\_. Por uma teoria geográfica dos movimentos sociais. In: XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000, Florianópolis. **XII Encontro Nacional de Geógrafos - Os outros 500 na formação do território brasileiro**. Florianópolis : UFSC/AGB, 2000

\_\_\_\_\_. **Amazônia, Amazonas**. São Paulo: contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. O latifúndio genético e a r-existência indígena-camponesa. **Geographia**, Niterói, ano IV, n.º 8, 2002.

\_\_\_\_\_. **Geografando nos varadouros do mundo**. Brasília: IBAMA, 2004.

\_\_\_\_\_. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In: publicação: **Movimientos sociales y conflictos en América Latina**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. 2003.

GONÇALVES, Jean Pires de Azevedo. Ocupar e resistir: problema da habitação no centro pós-moderno (**Dissertação de Mestrado**). São Paulo: USP, 2006.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOBBSAWM, Eric. **Rebeldes e primitivos**. Barcelona: Ed. Ariel S.A., 1983 [1959].

KAHIL, Samira Peduti. A luta dos posseiros em Lagoa São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia** n.59, 1985, pp. 26-35.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986 [1899].

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LACOSTE, Yves. Geografia: **Isso serve, em Primeiro Lugar, para Fazer a Guerra**. 5ª ed. São Paulo: Papirus, 2001.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronealismo, Enxada e Voto**. Editora Alfa - Omega, SP, 1975.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991 [1974].

\_\_\_\_\_. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1899].

LIMA, Edvaldo Carlos. Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no pontal do parnapanema (SP): Dissidências e Dinâmica Territorial. (**Dissertação Mestrado**), Pres. Prudente: UNESP, 2006.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARTIN, Jean-Yves. Uma geografia de nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Terra Livre**, São Paulo, v.2, nº19, 2002, pp .11-35.

\_\_\_\_\_ A geograficidade dos movimentos sócioespaciais in: **Caderno Prudentino de Geografia**. São Paulo, n. 19/20, 1997, pp. 26-41.

MARTINS, José d S. **O poder do atraso**. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: HUCITEC, 1994.

\_\_\_\_\_ **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_ **Exclusão Social e a Nova Desigualdade** -Ed. Paulus, São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_ **O cativo da terra**. São Paulo, Livraria Editora de Ciências Humanas/USP, 1979.

MARX, K. **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

\_\_\_\_\_; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

\_\_\_\_\_ **Manifesto do Partido Comunista**. 2ª edição. Trad. Omar de Barros Filho. São Paulo: Ed. Versus, 1979.

\_\_\_\_\_ **O Capital**, 3ª edição ( 1ª edição alemã de 1894 ). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.

MENDONÇA, Francisco e KOZEL, Salete. **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Editora: UFPR, 2002.

MELO, B. Medeiros e SILVA Maria Ap. de Moraes. O rural: horizontes, disposições. As contribuições da Geografia e da Sociologia nas revistas Terra Livre e Tempo social. (1980-2005). **III Simpósio Internacional de Geografia Agrária/IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária Jornada Orlando Valverde**. Londrina - PR. 2007.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. A Ação Territorial de Uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba (**Tese de Doutorado**). São Paulo: USP, 2008.

\_\_\_\_\_. As Contradições da Luta Pela Terra: o caso do Movimento de Libertação dos Sem Terra. (**Dissertação de Mestrado**). São Paulo: USP, 2002.

MIZUBUTI, Satiê. O movimento associativo de bairro em Niterói (RJ). **Tese de Doutorado**. São Paulo: USP, 1986. São Paulo: USP, 2002.

MOISÉS, José A. A experiência de mobilização popular em São Paulo. **XXV Reunião Anual SBPC**. São Paulo, 1975.

\_\_\_\_\_. Protesto urbano e política. **IV Encontro Anual da ANPOCS**. Rio de Janeiro, 1980.

MONTEIRO, Carlos A. de Figueiredo. **Geografia no Brasil (1934 - 1977) Avaliação e Tendências**. São Paulo: USP, 1980.

MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos: a renovação da Geografia no Brasil, 1978-1988. In: **GEOgraphia** – Ano. II – No 3 – 2000, pp. 27-48.

\_\_\_\_\_. A Geografia Serve Para Desvendar Máscaras Sociais, in **Geografia: Teoria e Crítica**. O Saber Posto em questão. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. **O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984. v. 1. 215 p.

\_\_\_\_\_. **Geografia: teoria e crítica: o saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Reforma Agrária em Questão. In: **Revista Terra Livre**, n. 01, 1986, pp. 6-19.

MYRNA, T. Rego Viana. Algumas reflexões sobre a luta pela terra nas cidades. In: **Boletim Paulista de Geografia**. n. 57, 1980

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 60, 1983/84, pp 153-234.

\_\_\_\_\_. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**, nº 21, pp.113-156. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1988.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Novos caminhos da Geografia**, Editora Contexto, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. 'Os trabalhadores nem o bagaço' ou a revolta dos trabalhadores dos canaviais e dos laranjais. In: **Boletim Paulista de Geografia**, n. 60, 1984.

PARISSE, Lucien Maurice. O papel e posições dos atores geográficos nos movimentos sociais. **Boletim de Geografia Torético**, n. 21/22. Rio Claro: Unesp, 1992, pp. 168-172.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná. Tese (**Doutorado em Geografia**) – PRES. Prudente – SP: Unesp, 2003.

PEDON, Nelson R. A participação popular na produção do espaço urbano na cidade de Araçatuba: o caso do bairro Alvorada (**Dissertação de Mestrado**). Pres. Prudente: UNESP, 2005.

\_\_\_\_\_; SOUZA. Edevaldo Ap. **Território e Identidade**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas Três Lagoas - MS, V 1 – n.º6 - ano 4, Novembro de 2007

PEREIRA, Luiz. **Trabalho e desenvolvimento no Brasil**. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1965.

POPPER, Karl Raimund. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

QUAINNI, Massimo. **Marxismo e geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

REGO, Nelson. A experiência de autogestão dos trabalhadores agrários de Nova Ronda Alta e seu significado para o Movimento dos Sem-Terra. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n.º. 4, pp. 65-76, 1988.

REIS, Douglas Sathler dos. O Rural e Urbano no Brasil. Trabalho apresentado no **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

RIBEIRO, Ana Clara T. Movimentos sociais urbanos – algumas reflexões”, o que demonstra a marcante presença da socióloga no campo da Geografia brasileira. **4º Encontro Nacional de Geógrafos**. Rio de Janeiro em 1980.

\_\_\_\_\_. Movimentos Sociais Urbanos: algumas reflexões. In: MOREIRA, Ruy. (org.) **Geografia, teoria e crítica; o saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. Um diálogo interdisciplinar: espaço e movimentos sociais. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon *et al.* **O Brasil, A América Latina e o Mundo: espacialidade contemporânea**. Vol. II. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, Anpege, 2008, pp.353-366.

RODRIGUES, A. M. Na Procura do Lugar o Encontro da Identidade: Ocupação coletiva de Terra-Osasco. **Tese de Doutorado**. São Paulo: USP, 1988.

\_\_\_\_\_. Na procura do lugar, o encontro da identidade; a Geografia de um movimento social. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente/SP: AGB, n.09, 1989, p. 11-17.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais urbanos e a questão da moradia. **Boletim de Geografia Torético**, n. 21/22. Rio Claro: Unesp,1992, pp. 173-6.

\_\_\_\_\_. Cidade e movimentos sociais: algumas reflexões sobre questões conceituais. **Boletim de Geografia Torético**, n. 21/22. Rio Claro: Unesp,1992, pp. 27-33.

RODRIGUES, Leôncio M. **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil**. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1966

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Renato Emerson dos. Agendas & agências: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes. (**Tese de Doutorado**). Niterói-RJ, UFF, 2006.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço: a formação social como categoria e como método** Boletim Paulista de Geografia, n. 54. São Paulo: 1977. pp. 81-100.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova: da crítica a Geografia a uma Geografia Crítica**. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Ed. Nobel, 1987.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. (org). (1987). **Uma revolução no cotidiano?**: os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense.

SEARLE, John R. Intencionalidade. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse; HAHN LÜCHMANN, Lígia Helena. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. In: **Revista Política e Sociedade**, n. 05, set. 2004, pp. 13-35.

\_\_\_\_\_; I.; KRISCHKE, P. (org). **Uma revolução no cotidiano?**: Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Anderson A.; FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e espacialização da Luta pela terra 2000-2004. In: **III Simpósio Nacional de Geografia Agrária/II Simpósio Internacional de Geografia Agrária/Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira "Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas"**, 2005, Presidente Prudente. CD do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Presidente Prudente, 2005.

SILVA, L.A Machado, RIBEIRO Ana Clara Torres. Paradigma e movimento social: **Boletim Paulista de Geografia**, 1985.

SILVA, José Borzacchiello. Os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multiraf, 1992.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais e Estado: implicações espaciais. **Boletim de Geografia Torético**, n. 21/22. Rio Claro: Unesp, 1992, pp. 180-6

SOUZA, Elenira de Jesus; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Dataluta – banco de dados da luta pela terra**: atualização do cadastro dos movimentos socioterritoriais para o ano de 2007. Relatório Parcial CAPES: Período: julho de 2008 a abril de 2009.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. O que pode o ativismo de bairro? Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista. (**Dissertação de Mestrado**). Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

\_\_\_\_\_. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* **Geografia: Conceitos e Temas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 77-116.

Ativismos sociais e espaço urbano: um panorama conciso da produção intelectual brasileira. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon *et al.* **O Brasil, A América Latina e o Mundo: espacialidade contemporânea**. Vol. II. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, Anpege, 2008, pp. 367-384.

SOUZA JUNIOR, Xisto Serafim de Santana. A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço em João Pessoa – PB. (**Tese de Doutorado**). Pres. Prudente-SP, UNESP, 2008, (341p.).

TARELHO, Luiz Carlos. O Movimento Sem Terra de Sumaré. Espaço de conscientização e de luta pela posse de terra. **Revista Terra Livre**. São Paulo, n. 6, 1989, pp. 93-104.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine . **As ocupações do movimento dos sem teto como laboratórios de pedagogia urbana**: discutindo uma proposta metodológica. In: Anais do VII Encontro Nacional da ANPEGE: Niterói, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra – Graal, 2001.

VLACH, Vânia; BRAGA, Sandra. Os novos movimentos sociais e a experiência brasileira: apontamentos iniciais, in: **Simposio Movimientos Sociales. Octavo Encuentro Internacional Humboldt**. Argentina, setembro de 2006.

**VERRI, Narcisa Beatriz Whitaker**. Os Sem-Teto do Centro de São Paulo: um balanço dos anos 2001-2004 (**Tese de Doutorado**) Campinas: Unicamp, 2008.

WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. Paz e Terra, 1978.

WELCH, Clifford Andrew. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. **Revista Lutas & Resistências**. n. 1, set. 2006 - Londrina: Midiograf, 2006.

WIEDERHECKER, Clyce Louise; CHAVES, Elza Guedes. Associação das Vítimas do Césio 137: identidade e diversidade de um movimento social. In: **Boletim Goiano de Geografia**, n. 09-10, de 1990, pp. 01-20.